

Devo aceitar um salário menor?

Fernanda Andrade (*)

A realidade do mercado atual é de quase 14 milhões de desempregados, sendo que essa crise trouxe outra dura realidade aos profissionais brasileiros

Segundo estimativas, as remunerações tiveram uma queda em torno de 40%. Ou seja, quem está empregado ganha, em média, apenas 60% do que os profissionais com a mesma função recebiam alguns anos atrás.

Diante desse fato, a busca por recolocação demanda uma importante reflexão sobre esse assunto.

Os candidatos precisam levar em consideração a possibilidade de ganharem menos do que ganhavam em seu último emprego. É preciso se adaptar à nova realidade e, demonstrar flexibilidade na hora de negociar o salário.

Pensando nisso, nada de colocar a pretensão salarial no currículo. Esse tem que ser um item para ser abordado pessoalmente, mediante uma negociação. Evidentemente, o candidato não pode demonstrar desespero, a ponto de dizer que aceita qualquer quantia. É preciso se valorizar, mas sem ignorar a situação pela qual atravessa o país.

Ao contrário do que muitos pensam, aceitar ganhar menos não significa "sujar a carteira", como se dizia antigamente. Até porque o modelo de contratação vem se transformando. Carteira assinada não é mais a única possibilidade de trabalho. Muitas pessoas descobriram novas oportunidades sob demanda. Muitos se transformaram em consultores

independentes ou em prestadores de serviços por meio de pessoa jurídica.

Mais do que a remuneração, os profissionais precisam avaliar as propostas por inteiro. Muitas empresas oferecem bons pacotes de benefícios, que incluem vales alimentação, refeição, transporte, participação nos lucros, entre outros. Às vezes, quando levadas em consideração, essas vantagens acabam até ultrapassando o salário anterior.

Além disso, um bom profissional sabe que a remuneração não é o único fator a ser considerado. Muitas vezes, o profissional sai ganhando mesmo com uma remuneração menor, devido a algumas facilidades como um emprego mais perto de sua casa, ou que ofereça a possibilidade de home office, por exemplo. Ter mais tempo para a família ou para si mesmo também é um grande benefício.

Outra questão importante a se considerar são as oportunidades de desenvolvimento de carreira. Se o salário não é ideal, mas a proposta está alinhada ao seu plano profissional, talvez compense. Precisamos sempre buscar uma carreira que nos traga felicidade e não apenas recursos materiais.

Nesse sentido, é preciso considerar e avaliar bem o cargo a ser exercido, a oportunidade de crescimento na empresa, a possibilidade de aprendizado, entre tantas outras questões intangíveis. Em muitos momentos, um passo para trás ou para o lado são determinantes para uma jornada de sucesso. Só não vale a pena ficar parado.

(*) - É Gerente de Hunting e Outplacement da NVH - Human Intelligence (www.nvhhuman.com.br).

Aprovadas regras para o banimento do mercúrio no País



Mercúrio é utilizado nos garimpos de ouro da Amazônia.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara aprovou projeto que prevê a eliminação gradual do uso de mercúrio e seus compostos no País. Entre outros pontos, o texto determina que os estoques nacionais de mercúrio metálico e seus compostos deverão ser eliminados de maneira ecologicamente correta até 2020. O texto é de autoria do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP) e foi aprovado na forma de um substitutivo pelo relator, deputado Vander Loubet (PT-MS).

Loubet manteve a redação original - que trata da redução do uso do metal no processo industrial -, mas incluiu novos dispositivos para adequar o cronograma de eliminação do

metal nos termos da Convenção de Minamata sobre Mercúrio. A convenção é um tratado internacional que prevê medidas para combater o uso do metal pesado, e foi assinado por diversos países, incluindo o Brasil.

O mercúrio é um metal com várias aplicações industriais, como termômetros, barômetros, lâmpadas, medicamentos, espelhos, detonadores e corantes. Entre os problemas de saúde associados a ele estão atrofiamento e degeneração do sistema nervoso, degeneração das células do cérebro e falta de sensibilidade dos membros. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Seguridade Social; Meio Ambiente; e Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Aumento do Judiciário 'deve respeitar' o teto de gastos

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem (9) que a proposta de reajuste de 16,38% na remuneração dos ministros do STF deve respeitar a Emenda 95

A norma impõe o Novo Regime Fiscal e estabelece um teto de gastos para os Três Poderes da União.

"É preciso que tenha, dentro do teto, recursos para que esse aumento possa acontecer. É preciso que a gente analise essa questão dos salários e que a gente tire inclusive outro tipo de penduricalho, como dizem na gíria", afirmou.

A proposta aumenta os salários dos magistrados de R\$ 33.763 para R\$ 39.293. O impacto do chamado "efeito cascata" sobre a remuneração de servidores do Executivo e do Legislativo da União, do MP e dos estados pode alcançar os R\$ 4 bilhões em 2019. Eunício disse que o aumento será analisado pelo



Presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Congresso 'com calma e sem acodamento'.

"Compreendemos o momento que vivemos do ponto de

vista da economia, mas também devemos compreender que cada Poder é autônomo e pode tomar suas próprias decisões.

Temos que respeitar a harmonia dos Poderes e o teto constitucional que foi estabelecido para cada um dos Poderes", afirmou.

No Plenário, senadores criticaram o reajuste para os integrantes do STF. A senadora Ana Amélia (PP-RS) classificou o aumento de 16,38% como "inoportuno e absolutamente inadequado". Ela lembrou que o "efeito cascata" pode onerar o Legislativo e o Executivo da União e comprometer as contas dos estados. Para a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a proposta é "escandalosa" e "desrespeitosa com o povo brasileiro". O senador Roberto Requião (MDB-PR) classificou o aumento como uma "barbaridade" e afirmou que vai votar contra a proposta (Ag.Senado).

Inclusão de Miguel Arraes no Livro dos Heróis da Pátria

O Plenário do Senado aprovou a inclusão do nome de Miguel Arraes (1916-2005) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. A iniciativa vem do projeto da Câmara e segue para a sanção presidencial. A senadora Lídice da Mata (PSB-PE) foi a relatora da proposta no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

Miguel Arraes de Alencar foi governador de Pernambuco por três vezes (1963-1964, 1987-1990, 1995-1998), além de prefeito da capital, Recife, deputado estadual e federal. Destituído de seu primeiro mandato pela ditadura militar, em 1964, ficou preso por um ano depois exilou-se na Argélia. Anos depois, na década de 1980, participou do processo de redemocratização do país como um dos principais líderes políticos da região Nordeste, sempre pelo Partido Socialista Brasileiro.

O Livro dos Heróis e Heroínas fica no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, e guarda a memória de personagens importantes da história do Brasil. Nele estão registradas figuras como Dom Pedro I, Tiradentes, Zumbi dos Palmares, Ana Néri, Joaquim Nabuco e Alberto Santos Dumont (Ag.Senado).

Sancionada a política de frete mínimo para transporte de cargas

Foi transformada em lei a MP que instituiu a política de frete mínimo para o transporte rodoviário de cargas. Essa foi uma das reivindicações dos caminhoneiros atendidas pelo governo após a greve feita em maio e junho deste ano. A Lei 13.703 foi publicada no DOU de ontem (9). O presidente Michel Temer, no entanto, vetou a concessão de anistia aos grevistas.

O texto não fixou os valores, mas criou as regras para que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) defina o piso. O processo de fixação dos preços mínimos para o frete deverá ser técnico e ter ampla publicidade. A tabela será publicada duas vezes ao ano (até 20 de janeiro e 20 de julho) com validade para o semestre. Se a tabela não for publicada nesses prazos, a anterior continuará vigente e os valores serão atualizados pelo IPCA, que mede a inflação do período.

O frete deverá ser definido em âmbito nacional, de forma que reflita os custos opera-



O texto não fixou os valores, mas criou as regras para que a ANTT defina o piso.

cionais totais do transporte, com prioridade para os custos do óleo diesel e dos pedágios. A definição será feita com a participação de representantes das áreas envolvidas, como os contratantes dos fretes, as cooperativas de transporte de cargas e os sindicatos de empresas de transportes e de transportadores autônomos de cargas.

A tabela do frete deverá ser montada considerando-se o quilômetro rodado por eixo

carregado, as distâncias e as especificidades das cargas. A norma da ANTT deverá conter ainda a planilha de cálculos usada. O texto proíbe qualquer acordo individual ou coletivo para a cobrança de valores inferiores ao piso. Foi vetado o artigo 9º, que concedia anistia aos caminhoneiros e às empresas transportadoras em relação às multas e sanções relacionadas à greve da categoria, entre 21 de maio e 4 de junho deste ano (Ag.Senado).

Brasil antecipa cumprimento de meta de redução de carbono

O Brasil antecipou o cumprimento de meta voluntária de redução de emissão de carbono na Amazônia e Cerrado, prevista para 2020. O gás é um dos responsáveis pelo efeito estufa. O dado foi divulgado ontem (9) durante reunião do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, com a participação do presidente Michel Temer. Em 2017, a diminuição do desmatamento nos dois biomas permitiu reduzir as emissões de dióxido de carbono em 610 milhões de toneladas na Amazônia e 170 milhões de toneladas no Cerrado.

A meta a ser alcançada pelo Brasil em 2020 era de uma redução de emissões de 564 milhões de toneladas de dióxido de carbono na Amazônia e de 104 milhões de toneladas no Cerrado. Essa meta foi assumida voluntariamente pelo Brasil em 2010, junto à Convenção de Mudança do Clima. Para o Secretário do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Thiago Mendes, "enquanto o mundo questiona se é possível ter a qualidade ambiental e o crescimento econômico, o Brasil apresenta que é possível reduzir as emissões e, de fato, ter



A diminuição do desmatamento reduziu a emissão de dióxido de carbono em 610 milhões de toneladas na Amazônia e 170 milhões de toneladas no Cerrado.

desenvolvimento econômico".

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, além da redução do desmatamento, os principais fatores que permitiram antecipar o cumprimento da meta foram a gestão de áreas protegidas e o Cadastro Ambiental Rural. Durante a apresentação dos dados, o presidente Temer assinou documento solicitando que o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima elabore uma proposta detalhando as ações necessárias para que o Brasil atinja a meta de zerar as

emissões líquidas de gases de efeito estufa a partir de 2060.

A proposta deverá ser entregue em quatro meses, baseada em estudos e debates entre os diversos setores da sociedade civil, do terceiro setor e da academia. Em discurso, Temer disse que a questão ambiental ganhou grande relevância nas últimas décadas e ressaltou que isso mostra a compreensão de governos e da sociedade de que "a preservação do meio ambiente é a preservação da vida" (ABR).

Crescimento agropecuário e a logística de transporte

Ao defender a importância do investimento no modal ferroviário, o senador Rodrigues Palma (PR-MT) chamou atenção para o fato de o crescimento do agronegócio brasileiro estar diretamente ligado à logística de transporte. "Sabemos que os trilhos são poucos explorados no país, daí a necessidade de investimento em massa para escoamento da produção agrícola. Apenas em Mato Grosso, a exportação de grãos deve atingir 70 milhões de toneladas até 2020", afirmou ontem (9).

Na opinião de Rodrigues Palma, é muito importante o apoio dos Senadores na busca de novas alternativas de transporte até para que a população não fique novamente refém de um setor só, como ocorreu na greve dos caminhoneiros em maio passado. O parlamentar também destacou a importância da Ferrovia do Cerrado e seu trecho de quase 700 km entre Alto Araguaia (MT) e Uberlândia (MG).

Segundo ele, é uma demanda antiga e sem grandes dificuldades para ser concretizada. "O custo de implantação é competitivo, pois corre em região plana e não atravessa reservas indígenas ou ambientais. Além de passar por grandes centros atacadistas, como Uberlândia e Uberaba, a ferrovia terá condições de transportar de 8 a 12 milhões de toneladas por ano", afirmou (Ag.Senado).

Mudança de idade para renovação de CNH

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que aumenta de 65 para 70 anos a idade a partir da qual se torna obrigatória a renovação a cada três anos do exame de aptidão física e mental necessário à habilitação. Apresentado pelo deputado Simão Sessim (PP-RJ), o projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro.

Para o relator, deputado Mauro Lopes (MDB-

MG), não se justifica continuar exigindo dos condutores com mais de 65 anos que enfrentem burocracia e desembolsem dinheiro a cada três anos para renovar os referidos exames. "Um grande contingente de pessoas chega aos 65 anos absolutamente saudáveis. São ativas e levam uma vida independente", disse. A proposta tem caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Diário, dinâmico e objetivo...
para você que não tem tempo a perder

Especializado em Publicidade Legal
(Atas, balanços, editais e outros).

Empresas &
Negócios

Acesse...

www.netjen.com.br

